

19.03.2019 – 17h30 (Após Plenário)
RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Comité Olímpico de Portugal:** Presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino, João Paulo Almeida (Diretor Geral) e João Maltez (Assessor)

Comité Paralímpico de Portugal:

Presidente do Comité Paralímpico de Portugal, José Manuel Lourenço
Vogal do Comité Paralímpico de Portugal, Tiago Carvalho

Confederação do Desporto de Portugal:

Secretário-Geral, Fernando Nogueira

Instituto Português do Desporto e Juventude

Presidente do Conselho Diretivo, Vítor Pataco

Diretor do Departamento de Formação e Qualificação, Mário Moreira

Recebida por: Grupo de Trabalho do Desporto

Exposição: O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Pedro Pimpão, cumprimentou a delegação do Comité Olímpico de Portugal, do Comité Paralímpico de Portugal, da Confederação do Desporto de Portugal e do Instituto Português do Desporto e Juventude e agradeceu a disponibilidade para partilharem com os Deputados do Grupo de Trabalho as suas perspetivas sobre a proposta de lei n.º 153/XIII/4.ª (GOV) — Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e a proposta de lei n.º 146/XIII/3.ª (GOV) — Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto.

Intervieram os Senhores Deputados Leonel Costa (PSD), António Cardoso (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que colocaram algumas questões.

Em resposta, o Presidente do Comité Olímpico de Portugal referiu, designadamente que a realidade desportiva é uma realidade muito diversificada e uma excessiva regulação daquela realidade corre o risco ou de não ser cumprida ou de ser um fato que não está à medida das realidades com que depois se confrontam. Disse que é muito difícil porque as realidades são muito distintas, quer do ponto de vista das modalidades, quer do ponto de vista dos níveis de competição dentro de cada uma das modalidades. Consideram que o mais cauteloso é serem



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto
Grupo de Trabalho Desporto

prudentes na forma como legislam e entendem que há matérias onde a legislação não pode chegar sob pena de estar a criar um fato que não serve para alguns corpos.

Relativamente à questão da violência entendem que o Governo perdeu uma excelente oportunidade de tratar de forma integrada e holística a questão da segurança, que não é uma questão que se subscreva exclusivamente à questão da violência nos recintos desportivos.

Mencionou que é bom que a lei clarifique que o conceito de recinto desportivo e de violência associada ao desporto não se circunscreve ao espaço de jogo e ao espaço limítrofe do espaço de jogo.

No que respeita à questão da formação dos treinadores transmitiram que o Comité Olímpico não é contra a formação contínua dos treinadores, o que não acompanham é um modelo em que há uma formação creditada sem avaliação.

O Presidente do Comité Paralímpico de Portugal mencionou que não deveriam estar a discutir a lei da violência no desporto, mas algo que se chamasse a segurança no desporto.

Disse que é preocupante alguns aspetos daquela lei no que diz respeito à dimensão paralímpica, uma vez que aquilo que está previsto e que tem em mente apenas uma modalidade pode restringir muito a prática desportiva e a competição em muitas modalidades, mormente paralímpicas.

Salientou que deve haver ali alguma prudência na abordagem e na pressão que o futebol faz, porque acredita que tudo aquilo faz sentido para o futebol ainda que seja incompleto.

No que respeita à questão dos treinadores entendem que há um avanço significativo naquela proposta de lei e que permite que o treinador seja visto de uma forma mais holística. Disse que não acreditam na ideia do treinador do desporto adaptado, acreditam que existem treinadores com uma determinada especialidade, que há treinadores com competências para abordar pessoas cegas em diversos desportos, pessoas com paralisia cerebral, mas são treinadores.

O Secretário-Geral da Confederação do Desporto de Portugal disse que acompanha de muito perto as preocupações enunciadas pelo Presidente do Comité Paralímpico.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto
Grupo de Trabalho Desporto

Mencionou que sabem que as leis são gerais, universais e abstratas aquela é. O problema é que fica muito a ideia de que a mesma foi feita a pensar num fenómeno determinado de uma modalidade determinada e numa área determinada que é profissional.

No entendimento da Confederação do Desporto de Portugal, isso é propiciador de entropias que podem vir a ser difíceis para o comum das modalidades. Considera que a realidade do desporto em Portugal é uma realidade de não-violência, há violência eles sabem onde é que ela existe.

Referiu que transportar esse problema para o comum do desporto, das realidades e dos praticantes é perigoso porque isso vai gerar entropias que vão complicar muito determinadas modalidades, organizações e atletas.

Frisou que há uma questão essencial e que não é tocada que é a responsabilização dos clubes pelos comportamentos dos adeptos.

Referiu que relativamente à questão dos treinadores parece-lhe um diploma que é positivo, que configura várias soluções que lhes parecem de louvar e relativamente a essa matéria não tem nada a sugerir ou a obstar.

O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude mencionou que relativamente à formação de treinadores aquele diploma tem tido uma ampla participação pública. De facto, no que respeita à proposta de lei de formação de treinadores o Instituto começou por fazer uma avaliação de diagnóstico externa e essa análise foi bastante profunda e deu-lhes importantes pistas.

Mencionou que a proposta de lei em apreço prevê um conjunto de aspetos que foram levantados nessa análise diagnóstico, por exemplo, as questões relacionadas com a redução do tempo de formação, as carreiras duais, a possibilidade de enquanto praticante poder fazer a formação para depois no final da carreira poder aderir imediatamente à carreira de treinador fazendo um estágio.

De seguida, entrevistaram os Senhores Deputados Leonel Costa (PSD), António Cardoso (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que colocaram algumas questões.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto
Grupo de Trabalho Desporto

No final, os representantes do Comité Olímpico de Portugal, do Comité Paralímpico de Portugal, da Confederação do Desporto de Portugal e do Instituto Português do Desporto e Juventude responderam às questões colocadas.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu a disponibilidade para ouvirem e partilharem com os Senhores Deputados as vossas perspetivas sobre aquelas alterações legislativas.

A gravação vídeo da audição encontra-se disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de São Bento, 19 de março de 2019

A assessora

Inês Cadete